

Eixo Temático ET-08-003 - Outros

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA SUSTENTABILIDADE

Dilma Maria Guerra Alheiros¹, Luiz Filipe Alves Cordeiro²

¹Mestranda em Tecnologia Ambiental-ITEP. E-mail: dilmaguerra@hotmail.com.

²Doutor em Engenharia e Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Docente do Mestrado em Tecnologia Ambiental-ITEP. E-mail: filipecordeiro@gmail.com (autor para correspondência).

RESUMO

Este estudo pretende analisar o potencial e o espírito inovador de ganho para a qualidade de vida dos servidores do Poder Judiciário Pernambucano e do meio ambiente, onde serão apresentados resultados estatísticos da nova dinâmica processual com a implantação do PJE e suas implicações para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que essa temática perpassa todas as áreas do conhecimento. O objetivo deste estudo é analisar os avanços dos procedimentos informatizados e como têm contribuído ou se mostrado eficientes na rotina forense, na melhoria da prestação jurisdicional e nos impactos ambientais.

Palavras-chave: Emissões de dióxido de Carbono; Poder público; Resíduos sólidos.

INTRODUÇÃO

Diversas modificações vêm ocorrendo na humanidade desde a Revolução Industrial com um crescente desenvolvimento tecnológico, substituindo-se a mão-de-obra humana pelo emprego de máquinas. Não obstante, o homem precisou se adaptar às mudanças que o avanço tecnológico trouxe, abrindo-se um leque em diversas áreas ao longo do tempo, especializando-se em determinadas áreas, com vistas a garantir uma melhora na prestação de serviço.

As inovações tecnológicas recentes implementadas com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) estabelecem o consenso entre os especialistas sobre o fato de que a IA seja uma tecnologia importante na prática do Direito. Wildisen (2015) definiu Inteligência Artificial como a teoria e o desenvolvimento de sistemas de computadores que vão executar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, o que é normalmente referido como computação cognitiva”.

Com o passar dos anos, observou-se que os sistemas inteligentes podem substituir advogados juniores no trabalho de organização e análise dos documentos. É notório já alguns casos de como a Inteligência Artificial tem sido aplicada no mundo jurídico, como o advogado-robô Ross, criado pela IBM, outro caso de sucesso da Inteligência Artificial aplicada no Judiciário brasileiro é o robô Victor, usado pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa seara, o presente trabalho possui a finalidade de demonstrar a importância da implementação do Processo Judicial Eletrônico no sistema atual do Poder Judiciário Pernambucano inserindo o uso da inteligência artificial, batizado com o nome de “ELIS”, desenvolvido por uma equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em 13 novembro de 2018, para analisar os processos de executivos fiscais do município do Recife, com o fim de conferir maior celeridade à tramitação processual, na economia de insumos, integridade dos documentos, diminuição de custos e acesso ao andamento processual em qualquer lugar do mundo.

O Sistema "ELIS" é um grande avanço para a Vara de Executivos Fiscais do Município do Recife, onde os processos da pasta Conferência Inicial poderão ser analisados e despachados

sem a intervenção humana, diminuindo significativamente o tempo de análise e julgamento dos processos que se acumulam no Tribunal e entra definitivamente na era da inteligência artificial, como um instrumento a serviço da justiça e dos direitos, agregando o bem-estar, o crescimento econômico e a preocupação com o meio ambiente.

Nesse contexto, este trabalho irá contribuir e se desenvolver com o objetivo de mostrar que os avanços tecnológicos trará melhores resultados, tornando a Justiça mais célere e eficaz para a sociedade, na redução do consumo de papel, na diminuição do uso de matérias-primas, bem como aos servidores que anteriormente realizavam tarefas repetitivas, poderão ser realocados e atuar em atividades que exijam maior complexidade e conhecimento.

Dessa forma, este trabalho tem com o objetivo de apresentar a justiça brasileira com a eficiência, bem como a sociedade com a mitigação de danos ambientais causadas, muitas vezes pela morosidade da justiça com seus elevados números de processos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Das ferramentas tecnológicas à disposição do Judiciário Pernambucano o PJe e o uso da inteligência artificial, é um benefício que veio para promover uma prestação jurisdicional mais célere, acessível, eficiente e de grande importância na preservação do meio ambiente trazendo grandes resultados positivos, qual seja, a extinção da distribuição dos processos físicos, a inexistência de pilhas de papel em salas e corredores, alternativa eficiente para reversão da morosidade tão característica do Judiciário brasileiro, visando reduzir significativamente o tempo de tramitação de processos, por meio da automação de atividades de natureza administrativa, e objetivando conferir aos magistrados um lapso temporal maior para se dedicarem mais ao pronunciamento de decisões.

Segundo a versão de 2018 do relatório “Justiça em Números”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de dados referentes ao ano de 2017, o Poder Judiciário terminou o ano com quase cem milhões de processos em tramitação, a serem analisados por 17.338 magistrados e outros 434.159 profissionais, divididos entre servidores e auxiliares.

Diante dessa realidade, O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem buscando formas de melhor atender a demanda da população Pernambucana.

O primeiro passo, pode-se dizer que foi com a implantação do Judwin que buscava até o final do ano de 2008 informatizar todas as comarcas do Estado, munindo-as com os programas Judwin e o Judwin remoto.” (DOPJ de 27/01/2007, p. 1). Posteriormente, outro grande passo foi a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) que é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário brasileiro. O objetivo principal é manter um sistema eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais em todos os ramos do Judiciário (Federal, Estadual e do Trabalho). Após implantar o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) para processos cíveis nas comarcas do Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) dá mais um passo rumo à modernização com o emprego da inteligência artificial para conferir maior celeridade à tramitação processual, otimizando a utilização de recursos humanos e tecnológicos. Com esse objetivo, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Judiciário pernambucano desenvolveu um sistema de inteligência artificial, batizado com o nome “ELIS”, para analisar os processos de executivos fiscais estaduais do Recife.

Indubitavelmente, a implementação do PJe (Processo Judicial Eletrônico) contribui para melhoria do desempenho do Poder Judiciário, em busca da celeridade processual, em resposta à insatisfação da sociedade, frente a morosidade da justiça na prestação jurisdicional. O PJe tem por escopo o controle de processos, abrangendo desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente, a ser utilizado pelo Poder Judiciário, com intercâmbio de informações para identificação de informações e identificação de situações jurisdicionais relevantes, tais como prevenção e certidão nacional.

A maior parte das varas judiciais do Poder Judiciário Pernambuco (PJPE) são as varas cíveis que, apesar de todo esforço dos magistrados e servidores e o bom desempenho no cenário nacional, ainda encontra milhares de processos a espera do trânsito em julgado.

O processo eletrônico acelerou a área meio e o processo chegou mais rápido no gabinete do juiz, mas agora é importante a utilização de novas ferramentas tecnológicas, como a inteligência artificial, para que possa acelerar também a capacidade de julgamento dos magistrados. Embora o PJe tenha sido um passo importante para o desempenho do judiciário, havia uma expectativa de que aumentaria a capacidade de julgamentos dos magistrados, fato que não aconteceu.

METODOLOGIA

A metodologia do processo de investigação e desenvolvimento desse trabalho, de caráter descritivo e qualitativo, baseia-se essencialmente na pesquisa bibliográfica, por meio do exame de literatura e produção científica e em resultados práticos com a implementação do sistema ELIS. Esse estudo consiste em apresentar um caso de sucesso advindo da nova ferramenta baseada em Inteligência Artificial. Destaca-se um trabalho brilhantemente conduzido pela SETIC que sempre prezou pela eficiência e o bom êxito das ações de forma eficiente e na busca da mitigação dos danos ambientais.

Com isso, é explanado que com o uso da inteligência artificial, os servidores responsáveis por tarefas repetitivas passará a ser de Elis e os mesmo não ficarão sem serviço. É avaliado os ganhos obtidos com o sistema Elis:

- a) fazer uma avaliação de 1 ano de atuação do sistema (2019), com quanto tempo analisou-se os processos de forma rápida e segura. Trabalho este que era exclusivamente humano e demandava muitos dias para finalizar.
- b) mostrar o impacto do sistema no Judiciário, na agilidade, na celeridade que dá ao fluxo dos processos da Vara de Execuções Fiscais.
- c) a contribuição que o processo eletrônico trouxe, mudança do processo "papel" para o processo "digital" ou "eletrônico" ou "virtual".
- d) Trazer a tona os ganhos ambientais com a implantação do PJe os benefícios para o judiciário, com menores prazos para análise de volumosos números de processos, melhor qualidade de julgamentos e maior capacidade no atendimento aos que se socorrem da justiça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para um melhor entendimento desse trabalho é importante entender que existe um volume de processos acumulados para serem conclusos.

Segundo a juíza Ana Luiza Câmara, coordenadora da governança das Execuções Fiscais em Pernambuco, a tecnologia é eficaz por se tratar de um trabalho repetitivo.

“Ela poupa o servidor e o magistrado de fazerem um trabalho repetitivo, muitas vezes até automatizado mesmo. Ela já faz a triagem, seleciona e assina automaticamente. Isso permite que o servidor se dedique a atividades mais desafiadoras dentro do Judiciário. É uma excelente ferramenta de auxílio e ajuda”, afirma a juíza.

“Elis” confere, de forma acelerada, os documentos, datas e dados dos processos e faz o encaminhamento para os juízes. Em 15 dias, a ferramenta conseguiu dar andamento a 70 mil processos.

O sistema judicial brasileiro enfrenta um cenário problemático, qual seja, alto número de demandas judiciais, quadro insuficiente de magistrados e servidores, que poderia ser resolvido em outras instâncias, além de ineficiências de gestão decorrentes de vários fatores. Tais fatores trazem graves implicações para a sociedade, trazendo prejuízos a todos sem distinção.



Figura 1. Sistema do TJPE faz, em 15 dias, trabalho que 11 servidores levariam mais de um ano para concluir. Fonte: Reprodução/TV Globo.

REFERÊNCIAS

DA CRUZ, J. K. L. **Uso da inteligência artificial na análise de processos como instrumento de eficiência.** Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-cpc-nos-tribunais/uso-da-inteligencia-artificial-na-analise-de-processos-como-instrumento-de-eficiencia-31052019>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CORREA, A. L. B. **A sustentabilidade dos procedimentos digitais no Judiciário brasileiro e seus impactos na qualidade de vida.** Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-sustentabilidade-dosprocedimentos-digitais-no-judiciario-brasileiro-e-seus-impactos-na-qualidadedevida,590572.html>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DÍÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1936-. 1992-2007, versão online. Disponível em: <<https://www.cepe.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MOREIRA, L. M. R. **A informatização do processo judicial sob a ótica do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/3707/2130>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

LOURO, A. C. **Planejamento estratégico de TI no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.** 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO. PJE é exemplo de sustentabilidade. Disponível: <<http://www.tjmt.jus.br/Noticias/48754>>. Acesso em: 09 jun. 2019.